

1ª Questão:

--	--

Resposta

a) Ações destinadas a monitorar o tratamento do casal e a prevenir a transmissão vertical.

- Enfatizar a adesão ao tratamento.
- Orientar para que concluam o tratamento (mesmo sem os sintomas ou se os sintomas ou sinais tiverem desaparecido).
- Informar quanto à necessidade de interromper as relações sexuais até a conclusão do tratamento e o desaparecimento dos sintomas.
- Oferecer preservativos, orientando sobre as técnicas de uso.
- Encorajar a estudante a comunicar a(os) seus/suas últimos/as parceiro/as sexuais para que possam ser atendidos e tratados.
- Fornecer à estudante cartões de convocação para os últimos parceiros(as) devidamente preenchidos.
- Acompanhar resultados dos exames de controle de cura.
- Após a cura, usar preservativo em todas as relações sexuais.
- Realizar o controle de cura mensal por meio do VDRL, considerando resposta adequada ao tratamento o declínio dos títulos (duas titulações em até 6 meses).
- Após o parto, manter o acompanhamento semestralmente em caso de persistência da positividade, em títulos baixo.
- Avaliar o tratamento realizado, tratamento do parceiro e a presença de co-infecção pelo HIV ou outras DST para a definição de condutas durante a gestação.
- Reiniciar tratamento se houver elevação de títulos em quatro ou mais vezes (ex.: de 1:2 para 1:8), mesmo na ausência de sinais ou sintomas específicos de sífilis.
- Reiniciar o tratamento em caso de interrupção do tratamento ou em caso de um intervalo maior do que sete dias entre as séries.
- Assegurar a realização de, no mínimo, seis consultas com atenção integral qualificada.
- Documentar os resultados das sorologias e tratamento da sífilis na carteira da gestante.
- Orientar o(s) parceiro(s) sobre a importância de não se candidatar(em) à doação de sangue.
- Na admissão para parto realizar o VDRL independentemente dos resultados dos exames realizados no pré-natal.

b) Resposta e Justificativa

Resposta: Sim.

Justificativa: Não há transmissão da sífilis por meio do leite materno.

2ª Questão:

--	--

Resposta

Estrutura:

- O SE tem responsável técnico habilitado.
- Existe supervisão contínua e sistematizada por profissional habilitado, nas diferentes áreas.
- A chefia do serviço de Enfermagem coordena a seleção e dimensionamento da equipe de Enfermagem.
- Número de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem são adequados às necessidades de serviço.
- A escala da equipe de enfermagem assegura a cobertura da assistência prestada e a disponibilidade de pessoal nas 24 horas em atividades descontinuadas.
- Há registros em prontuário dos procedimentos relativos à assistência de enfermagem, prescrição médica e à controles pertinentes.

Gabarito

- Os registros de Enfermagem no prontuário do cliente/paciente são completos, legíveis e assinados.

Processo:

- O(s) manual(is) de normas, rotinas e procedimentos do SE são documentado(s), atualizado(s) e disponível(is).
- Os Programas de Educação Permanente e Treinamento continuado são realizados.
- Existem grupos de trabalho para a melhoria de processos, integração institucional, análise crítica dos casos atendidos, melhoria da técnica, controle de problemas, minimização de riscos e efeitos indesejáveis.
- Existem procedimentos voltados para a continuidade de cuidados ao cliente/paciente e o seguimento de casos.

Resultado:

- Avaliação de procedimentos de Enfermagem e de seus resultados.
- Os indicadores epidemiológicos são utilizados no planejamento e na definição do modelo assistencial.
- É realizada a comparação de resultados com referenciais adequados e análise do impacto gerado junto à comunidade.
- Existem sistemas de aferição da satisfação dos clientes internos e externos.

3ª Questão:

--	--

Resposta

a)

Resposta: Não

Justificativa:

É competência do Conselho Gestor:

- Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços e as ações de saúde prestadas à população.
- Propor e aprovar medidas para aperfeiçoar o planejamento, a organização, a avaliação e o controle das ações e dos serviços de saúde.
- Examinar propostas, denúncias e queixas, encaminhadas por qualquer pessoa ou entidades e a elas responder.
- Definir estratégias de ação visando à integração do trabalho da Unidade aos planos locais, regionais, municipal e estadual de saúde, assim como a planos, programas e projetos intersetoriais.

b)

INTERSETORIALIDADE

Propostas:

- Procurar o serviço municipal de transporte especial e discutir a possibilidade de horários ou percursos alternativos de transporte.
- Buscar parcerias no município para efetivar adequação da área física da UBS.
- Identificar recursos da comunidade que são alternativos para transporte solidário.

Justificativa:

Gabarito

- Um dos princípios da promoção da saúde é a intersetorialidade entendida como a articulação de saberes e experiências no planejamento, na realização e na avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social.
- O setor saúde de forma isolada não tem competência para solucionar muitos dos problemas apresentados pela comunidade por não dispor de instrumentos próprios para isso.

ACESSIBILIDADE

Propostas:

- Adaptação da área física: identificar os locais de acesso possíveis para os cadeirantes e pessoas com outras deficiências de locomoção que possam ser adaptados às atividades necessárias para os diferentes tipos de atividades que estes usuários precisam.
- Adaptação das rotinas da UBS – flexibilizar os horários de atendimento no setor de coleta.
- Adaptação das rotinas da UBS – discutir a questão com o laboratório regional.
- Sensibilizar funcionários da UBS para a questão do acesso de deficientes na UBS.
- Adequação da área física à legislação pertinente: avaliar com a equipe e os usuários da UBS a planta física da Unidade, identificar as dificuldades de acesso de pessoas com diferentes tipos de deficiência e procurando meios de encaminhamento de reforma do prédio.

Justificativa:

- Independente do número de cadeirantes na região os serviços que atendem ao público devem permitir o acesso de qualquer cidadão. É um direito de todo cidadão.
- Propiciar a autonomia do indivíduo.

Os serviços de saúde ainda não estão estruturados para atender às necessidades de pessoas com deficiência, a legislação pertinente ainda não é bem conhecida pelos trabalhadores da saúde.